

Conflitos sociais no meio rural no Brasil contemporâneo

Leonilde Servolo de Medeiros*

Desde os anos 80 os conflitos sociais rurais no Brasil têm se intensificado e dado visibilidade à luta pela terra, atualizando o tema da reforma agrária ao mesmo tempo em que recolocando a questão do lugar econômico, social e político dos pequenos agricultores. Dessa forma, reivindicações gestadas no interior do sindicalismo rural ao longo dos anos 90 (a demanda por um "modelo de desenvolvimento sustentável com base na agricultura familiar") ou na trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (sintetizado no seu último congresso no lema "Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndios") ocupam lugar de destaque nos debates no limiar do século XXI. Num país marcado pela intensa urbanização, os temas agrários não só persistem como se revelam cruciais para o entendimento de alguns impasses da sociedade brasileira.

Neste artigo daremos algumas indicações das relações que vêm se constituindo entre alguns dos temas trazidos a público pelos movimentos sociais na última década e as propostas de políticas públicas mais recentes.

As lutas por terra e a ressemantização da reforma agrária

Os conflitos fundiários no Brasil, durante os anos 50/60/70, caracterizaram-se fundamentalmente como lutas de resistência: "posseiros", "foreiros", "arrendatários" passaram a se organizar e resistir às ameaças de sua expulsão da terra por proprietários ou pretensos proprietários, que desejavam reaver seu controle sobre ela quer para introduzir novos cultivos, quer para usos especulativos. Essas lutas estiveram na base não só das primeiras organizações de trabalhadores rurais nos anos 50 (Ligas Camponesas, Associações de Lavradores e, já no início dos anos 60, sindicatos), como também da constituição da bandeira que então unificou as lutas no campo: a "reforma agrária".

Em que pese a forte repressão que se abateu sobre as nascentes organizações de trabalhadores rurais após o golpe militar de 1964, as lutas por terra persistiram, embora de forma atomizada, atualizadas pelas novas condições que se desenharam.

Durante o regime militar, o campo brasileiro sofreu profundas alterações, impulsionadas pela política governamental de concessão de crédito subsidiado e incentivos fiscais às grandes unidades: processou-se uma intensa modernização tecnológica, novas áreas na fronteira foram ocupadas por empreendimentos agropecuários, acentuou-se o êxodo rural, provocou-se a transformação radical em modos de uso da terra e nos modos de vida. O processo de modernização atingiu diferencialmente os diversos segmentos que viviam das atividades agrícolas. Se, em momentos anteriores, a modernização e a expulsão do campo correspondeu a um crescimento de empregos urbanos, nos anos 70 já começavam a aparecer sinais de esgotamento dessa possibilidade. A saída das áreas rurais correspondia ou a alternativas de empregos temporários, sem garantias trabalhistas e sob a marca da precariedade, na própria agricultura, principalmente nas grandes plantações de cana, estimuladas pela política energética governamental, ou então ao emprego precário nas grandes cidades, uma vez que as transformações tecnológicas no setor industrial e de serviços exigiam uma mão de obra com um certo grau de qualificação.

Não por acaso, as ocupações de terra iniciaram-se, no final dos anos 70, no próprio coração da modernização da agricultura brasileira (o sul do país), envolvendo os órfãos desse processo: arrendatários, filhos de pequenos proprietários que não tinham mais condições de acesso à terra para se reproduzir como tal, pequenos produtores que haviam perdido a terra em virtude de dívidas contraídas. Frente a um processo de iminente exclusão, desencantados com a alternativa, esboçada no regime militar, de migração para as áreas novas, na região norte do país, e com a dificuldade de alternativas urbanas, a ocupação de terras na própria região de origem foi a saída encontrada por esse contingente. Assim, à luta de resistência, característica das décadas anteriores, agregaram-se iniciativas de busca de acesso a novas terras através de acampamentos e ocupações de áreas improdutivas.

Mesmo a luta de resistência ganhou cores novas, através da articulação, em especial na região Norte do país, da luta por terra com a luta pela preservação das matas nativas, condição para a reprodução econômica e social dos que viviam do extrativismo, mesclando os traços tradicionais da questão agrária (resistência à expulsão) com a novidade da questão ambiental. É o caso do movimento dos "seringueiros".

As ocupações de terra cresceram ao longo da primeira metade dos anos 80, consolidaram-se com a organização de um Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, e foram, pelos fatos políticos que criaram e pelas pressões que conseguiram realizar, um importante motor das desapropriações a partir daí realizadas, em especial após o fim do regime militar, em 1985. No final dos anos 80, essa forma de luta, que até então se

* Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *Revista del observatorio social da America Latina/ OSAL*. Ano 1 n°2/ setembro, 2000.p. 37-44

concentrava no centro sul do país, iniciou um processo de expansão por novos espaços, correspondendo à nacionalização do MST, que ganhou expressão nacional e tornou-se o próprio símbolo da luta por terra. Desse processo fez parte a sua inserção em São Paulo, em especial na região do Pontal do Panapanema, que começou a ser objeto das ações mais sistemáticas do MST no início dos anos 90 e a intensificação das suas ações nas regiões Norte e Nordeste do país. As ocupações tornaram-se não só mais constantes em termos de número de eventos, mas também em termos de quantidade de pessoas envolvidas: os jornais passaram a mencionar ocupações com mil, duas mil, três mil pessoas, voltadas principalmente para terras de titulação duvidosa, principalmente nos estados de São Paulo, Paraná e Pará. Em outros locais, como é o caso da região canavieira pernambucana e fluminense, elas se voltaram para imóveis em processo de falência, motivada pela crise de tradicionais atividades agrícolas. Com os altos índices de miséria e desemprego dela decorrentes, a possibilidade de acesso à terra não só facilitava a arregimentação de pessoas dispostas a ir para os acampamentos como também legitimava as ações dos “sem terra” junto à opinião pública. Num quadro de redução das alternativas de emprego, até mesmo trabalhadores com longo período de experiência urbana passaram a engrossar as ocupações, em especial em estados bastante urbanizados, como é o caso de Rio de Janeiro e São Paulo. Verificava-se uma mudança no próprio público que demandava terra.

A constituição e expansão do MST representaram, em relação às experiências anteriores, não só inovações nas formas de luta, como também no plano organizativo. Com efeito, um dos mais significativos traços desse movimento é a concepção de que a demanda por terra não se esgota na obtenção de um lote, mas implica na necessidade de organizar a produção, de obter créditos para isso, de formar líderes como caminho para dar continuidade às ocupações para além dos seus locais de origem. Em decorrência, verifica-se uma forte ênfase na organização dos assentamentos, tanto no plano local, quanto no plano regional, estadual, nacional, de forma a fazer da luta por terra uma bandeira ampla, capaz de recobrir diferentes setores sociais. Já no II Encontro Nacional do MST, realizado em 1989, ao lema “ocupar, resistir”, criado anos antes, foi acrescentada a palavra “produzir”. Nesse momento, os assentamentos tornaram-se laboratórios de uma série de experiências, com ênfase nas atividades coletivas, buscando dinamizar a produção e transformá-los em exemplos das potencialidades de um processo de reforma agrária. A estratégia de consolidação do MST implicava, pois, não só em garantir a sobrevivência econômica dos assentados como também em buscar legitimá-los socialmente, através da produção. Dentro dessa estratégia, passaram a estimular formas de produção cooperada e de beneficiamento¹, estabeleceram rígidas regras de conduta no interior dos assentamentos (desde proibição de bebida até regulamentação sobre transferência e divisão de lotes), ênfase na educação não só política, mas também formal (escolarização básica, visando a erradicação do analfabetismo entre os adultos e a preparação de crianças e jovens) e tecnológica². Especial atenção passou a merecer a educação das crianças e jovens, bem como sua mobilização para atos públicos, buscando tanto iniciar precocemente a formação de lideranças, quanto expor para a sociedade sua preocupação com a formação de uma nova geração.

O investimento na viabilização dos assentamentos e ampliação do raio de ação do MST tem por base uma política de formação e “liberação” de quadros, ou seja, o conjunto dos assentados que aderiram à proposta do MST passou a contribuir para que algumas lideranças de maior destaque no assentamento se deslocassem para outras regiões, para organizar novas ocupações e, assim, nacionalizar o movimento.

Conjugam-se assim, como estratégia política, mobilizações e ocupações envolvendo grande número de pessoas, dando maior visibilidade às lutas por terra, com um trabalho cotidiano e molecular de recrutamento de novos ocupantes, organização de acampamentos, fortalecimento dos assentamentos e formação de líderes.

Em meados dos anos 90, o MST decidiu trazer o tema da reforma agrária para um público mais amplo. O lema do seu III Congresso Nacional, “Reforma Agrária: essa luta é de todos”, sinalizava para um esforço no sentido de mostrar os benefícios para a sociedade de uma política de reforma agrária, buscando ampliar seu campo de alianças, em direção a outros movimentos, estudantes, intelectuais. Procurou ainda vincular o tema do acesso à terra ao do desemprego crescente, mostrando as ocupações como uma alternativa de sobrevivência para os que estavam sendo progressivamente excluídos do mercado de trabalho. Com essa perspectiva procurou ampliar suas ações em direção às cidades, através da realização de manifestações públicas, que funcionassem ao

¹ Segundo João Pedro Stedile e Gilberto Portes de Oliveira, líderes do MST, entre 1986 e 1998 esse movimento organizou mais de 70 cooperativas de produção e comercialização, nove cooperativas centrais, duas de crédito e dezenas de pequenas e médias unidades industriais (FSP, 22/03/98, p. 1-3)

² O MST criou uma escola técnica, no sul do país, destinada a preparar os assentados para gerir as cooperativas que estavam se constituindo nos assentamentos (Curso Técnico em Administração de Cooperativas). Além dele há ainda um curso de formação de Agentes de Desenvolvimento Rural e um outro de Magistério Rural, todos no Rio Grande do Sul (Concrab, 1996). Além disso, até 1996, o MST atuava com um universo de cerca de 600 escolas de primeiro ciclo, 20 escolas de 5^a a 8^a série, totalizando 35 mil crianças e adolescentes e cerca de 1400 professores (Concrab, 1996).

mesmo tempo como rituais solidificadores da adesão ao movimento e como estratégia de disputa de espaços na mídia. Exemplo disso foi a organização da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1997, partindo de diferentes pontos do país, com grupos se reunindo em pontos previamente acertados, de maneira a formar três grandes correntes convergentes para Brasília. A Marcha mobilizou diretamente mil e trezentos trabalhadores "sem terra", representando acampamentos e assentamentos de todo o país e primou pela valorização do simbólico: foi toda feita a pé, com os caminhantes, homens, mulheres e crianças, calçados com sandálias de borracha, exibindo a pobreza. Durou dois meses e ganhou espaço diário na mídia, despertando a curiosidade do público e mostrando uma outra face do país, pouco conhecida nos centros urbanos. Pela sua própria forma de organização demandava vários apoios nos locais por onde passava, concretizados em fornecimento de local para montagem das barracas, alimentação, socorro médico. O caráter épico que ela assumia dramatizava a demanda dos sem terra e a constituía como um espetáculo político, provocando posicionamentos das diferentes forças sociais. Juntando a questão da terra com a do emprego, tocava em temas candentes e despertava a simpatia popular. Quando de sua chegada à capital da República, em abril de 1997, tornou-se um grande ato público em protesto ao governo de Fernando Henrique Cardoso, com a adesão das diferentes forças da oposição, dando visibilidade ainda maior às demandas do MST³.

Evidentemente o processo organizativo que tem revigorado a luta por terra no Brasil não tem se mostrado isento de tensões, tanto internamente aos assentamentos, onde foi grande a resistência dos assentados às formas coletivas de produção, levando à flexibilização do modelo, como nas dificuldades inerentes à forma como a expansão nacional do MST se deu, através da ação de líderes, no mais das vezes formados no sul do país, com tradição de uma agricultura familiar, com fortes laços de solidariedade. Essa trajetória muitas vezes era transposta para áreas onde havia uma tradição secular de subordinação à figura de um patrão. O choque de percepções sobre formas de organização, significado da terra foi concomitante a esse processo e o tensionou em diferentes momentos.

No contexto de expansão das ações e visibilidade do MST, iniciativas de outros atores também surgiram, reiterando as ocupações como principal forma de luta pela terra. De um lado, o sindicalismo, tradicionalmente mais voltado à luta institucional pela reforma agrária, valorizando o encaminhamento de demandas de desapropriação ao poder público, começou a atuar mais significativamente em ocupações de terra, principalmente a partir do momento em que o MST passou a disputar as suas bases tradicionais, em especial no que diz respeito aos estados do Nordeste. Embora a implementação dessas ocupações tenha sido localizada e em escala bem inferior, foi politicamente significativo, uma vez que representou uma legitimação dessa forma de agir, amplamente contestada pelo governo⁴. De outro, o MST começou a sofrer cisões internas e surgiram novas organizações de luta por terra, em diversos pontos do país (MLT, MCC, MT, MLST, etc.)⁵. Para além das disputas políticas que essas diferentes siglas conotam, esses movimentos, de caráter mais localizado, indicavam a extensão que a luta pela terra assumia e a legitimação das ocupações como forma eficaz de acesso à terra.

O aumento na quantidade de ocupações e de volume de ocupantes foi concomitante ao crescimento da violência no campo, culminando, já no início do governo Fernando Henrique Cardoso, com a morte de um grande número de trabalhadores em Corumbiara, estado de Rondônia (agosto de 1995), durante uma ação de despejo, em Eldorado de Carajás, no Pará (abril de 96), por ocasião de uma mobilização e prisões de importantes lideranças do MST em Pontal do Paranapanema, em São Paulo. Nos dois primeiros casos, identificados como situações de "massacre" de trabalhadores, chama a atenção o fato de que não se tratava da ação de milícias privadas, mas sim de forças policiais chamadas a intervir, confirmando a tese de Tavares dos Santos e allii (1998), de que uma tendência da violência no campo é o crescimento das suas formas legais (ou seja através da ação policial ou judicial) e a redução da violência ilegal (através da ação de pistoleiros e jagunços). Ambos os fatos tiveram grande repercussão internacional e foram várias as manifestações de denúncia e protesto em diversas capitais, em especial no caso de Eldorado de Carajás, uma espécie de morte anunciada, pela intensificação das tensões na região, noticiadas pela imprensa nacional em todo o ano que antecedeu a chacina.

³ A capacidade de organização da Marcha pode ser avaliada pela ausência de incidentes de qualquer tipo. No acompanhamento cotidiano da manifestação, a imprensa noticiou alguns casos de expulsão de trabalhadores que violavam as regras estabelecidas para o comportamento durante a caminhada.

⁴ Os estados onde essas ocupações principalmente se deram foram Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia (grande parte das ações em conjunto com o Movimento de Luta pela Terra), São Paulo, a partir da Federação de Assalariados Rurais de São Paulo, entidade sindical não reconhecida pela Contag e que agregava sindicatos da região canavieira de Ribeirão Preto. Note-se que nos estados onde o MST estava mais consolidado (estados do Sul e Sudeste) não ocorreram ações a partir do sindicalismo (Projeto Cut/Contag, 1998).

⁵ A ação dessas organizações é muitas vezes identificadas pela imprensa como parte do movimento dos "sem terra", sem muita preocupação em distinguir formas organizativas distintas.

Sob forte pressão da opinião pública, os “massacres” acabaram por gerar inclusive crises e rearranjos políticos no interior do governo.

Agricultura familiar

As manifestações dos "agricultores familiares" constituem uma segunda frente importante de tensionamento da sociedade brasileira, embora não apresentando a dramaticidade expressa pelo MST.

No início da década de 80, os então chamados “pequenos agricultores” começaram a se constituir como atores políticos. A emergência dessa categoria está ligada a um processo de empobrecimento de segmentos que foram em alguma medida beneficiados pela modernização dos anos 70. O processo de mecanização, a integração com as agroindústrias, novas formas de relação com os mercados, o endividamento, colocaram a "questão da produção" no centro das suas preocupações, paralelamente à germinação de um conjunto de novas lideranças, com forte influência da Igreja ligada à teologia da libertação (mesma matriz de diversas lideranças do MST), questionadoras da ação da Contag em relação às ações junto aos "pequenos produtores". Num contexto de crescente pauperização, jovens lideranças passaram a conduzir mobilizações marcadas pela prática de trancamentos de estradas, manifestações nas portas de bancos e de órgãos públicos, como forma de dar visibilidade às suas demandas relacionadas a preços mínimos para produtos agrícolas, taxas cambiais, etc e pressionar o Estado a atendê-las. Amadureceram ainda propostas de “tomada” de direção de cooperativas (na maior parte das vezes, frustadas), alimentadas pela percepção de que os pequenos produtores, se eram maioria dentro delas, não detinham nenhum controle político sobre as decisões, que, muitas vezes, contrariavam suas expectativas. Também foram criados sindicatos por categorias específicas ("fumicultores", "suinocultores", "avicultores"), voltados para as complexas negociações que envolviam os contratos de produção com a agroindústria e que envolviam uma quantidade significativa de pequenos produtores no sul do país.

Nas disputas políticas que recortavam o sindicalismo, esse segmento passou a ocupar lugares de destaque, organizado no interior da Central Única dos Trabalhadores. Demandas de há muito existentes ganharam novo perfil, através do seu reenquadramento dentro de um diagnóstico da situação agrária e agrícola do país que os levou a falar cada vez mais na necessidade de um "novo modelo de desenvolvimento" e não apenas de políticas específicas de financiamento. Foram importantes na modelagem dessa proposta as atividades de formação e as de intercâmbios internacionais, promovidas principalmente por iniciativas da Igreja e de organizações não governamentais. Através delas diversas lideranças sindicais foram levadas a conhecer e refletir sobre experiências européias, principalmente as relacionadas ao apoio estatal à agricultura familiar, envolvendo técnicas de preservação ambiental, combinação de atividades produtivas com turísticas, etc. Esses elementos se somaram ao crescimento dos debates nos meios acadêmicos sobre a importância econômica e social da agricultura familiar, debate esse que, por meio da ação de assessorias, rapidamente passou a circular no meio sindical, colocando no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo, o "agricultor familiar". Essa categoria rapidamente substituiu, no debate político e na linguagem sindical, o termo dominante até os anos 80 ("pequeno produtor") e vem se constituindo numa identidade relacionada a demandas por transformações no atual modelo de desenvolvimento, baseado no privilegiamento das grandes unidades produtivas voltadas à exportação. Sob essa perspectiva, temas antes considerados de menor importância tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de pequenas agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola, a importância da intervenção na política local, passaram a ser valorizados e a ganhar novos significados, como parte de uma proposta alternativa para a agricultura.

No processo de constituição dessa categoria tiveram ainda papel essencial os Gritos da Terra Brasil, manifestações públicas que começaram a ser organizadas no início dos anos 90, pela Contag, com a finalidade de chamar a atenção da opinião pública e dos governantes para as reivindicações dos trabalhadores do campo. Tratava-se de dar extensão nacional a eventos de grande repercussão política que se gestaram no estado do Pará. Traduziam um conjunto de demandas de categorias diferenciadas em uma pauta unificada nacionalmente, mobilizando trabalhadores de diversos pontos do país, com forte participação das demandas relacionadas aos agricultores familiares. Constituíram-se em um momento importante de apresentação e negociação de demandas com o Estado. Os sindicalistas atribuem à força dos “Gritos” uma série de medidas entendidas como de interesse dos agricultores, como é o caso do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, linha de crédito voltada um segmento específico e destinada tanto a iniciativas relacionadas quer à melhoria de infraestrutura (rede elétrica, poços, estradas, instalações agroindustriais de pequeno porte, etc) quer ao custeio da produção. Por esse caminho, não só consolida-se o agricultor familiar como identidade política, como também acirra-se a disputa pelo enquadramento formal como tal, uma vez que esse reconhecimento é condição para o acesso a essa linha de crédito.

Efeitos políticos

A presença no cenário político de "sem terras" e "agricultores familiares", num primeiro momento, foi objeto apenas de ações repressivas do Estado e de condenações públicas às manifestações. O crescimento de suas ações e, conseqüentemente de visibilidade e força política, arregimentando um número cada vez maior de adeptos, tiveram como resultado mais imediato iniciativas governamentais que, ao mesmo tempo em que incorporaram algumas das reivindicações em pauta, procuraram dar algum tipo de previsibilidade a um conjunto de demandas que se somavam e que, mais do que colocar o tema da terra e da agricultura familiar no centro dos debates, traziam à tona importantes impasses gerados pelas opções em torno da direção das políticas públicas e da preservação de interesses ligados ao grande capital.

Sob essa ótica, dois programas voltados para o campo ganharam importância nas últimas duas décadas: as desapropriações de terra para realização de assentamentos, que se intensificaram a partir da Nova República e ganharam novo fôlego nos últimos anos e um programa especial de crédito voltado à agricultura familiar.

O Programa de Crédito para a Agricultura Familiar representou uma inovação na política agrícola brasileira e corresponde a uma tentativa de viabilizar agricultores em fase de empobrecimento. Fruto das lutas sindicais, pelo volume de recursos de que dispõe, está longe, no entanto, de se constituir em instrumento capaz de viabilizar um "novo modelo de desenvolvimento".

No que se refere às desapropriações, verifica-se a continuidade da tendência, herdada do regime militar, de centralização das decisões referentes à demanda por reforma agrária na esfera federal, predominando a lógica de desapropriar áreas de tensão social, de forma a eliminar tensões de caráter mais intenso. Essa lógica explica em grande medida o perfil do mapa dos assentamentos rurais no Brasil: dispersos e localizados a partir de uma geografia de conflitos, contrariando a idéia de "áreas reformadas", presente na legislação agrária e condição da eficácia das ações de apoio aos assentamentos. Fez parte ainda desse processo a formação de um corpo burocrático-estatal que desenvolveu uma cultura institucional marcada, num primeiro momento, pela identificação entre reforma agrária e colonização e, depois, entre reforma agrária e assentamentos, o que implica em não planejamento de ações fundiárias, a não ser no que se refere a metas numéricas a serem alcançadas.

Em que pese esses fatos, ao longo das duas últimas décadas cresceu significativamente o número de assentamentos rurais e ocorreram uma série de mudanças no aparato institucional estatal, mostrando não só a crescente importância dos temas relacionados à questão agrária, como a dificuldade do Estado brasileiro de lidar com eles. Assim, ainda no último governo militar foi criado um Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários. Com o fim do regime militar, a questão da terra passou para um Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, extinto no governo seguinte, voltando o tema fundiário para a alçada do Ministério da Agricultura, tradicional *locus* de ação política dos interesses ligados à propriedade da terra e grande produção agropecuária. Esse enquadramento permanece no início do governo Fernando Henrique Cardoso, momento em que a intensificação das tensões sociais no campo, da violência e das ocupações de terra teve como produto novos arranjos políticos. Logo após o massacre de Eldorado de Carajás, o governo criou o cargo de Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários, trazendo novamente a questão da terra para o controle direto da Presidência da República. A continuidade dos conflitos e a necessidade de ações mais intensas fez com que esse ministério perdesse sua transitoriedade e fosse substituído por um Ministério de Desenvolvimento Agrário que agregou sob sua égide o tratamento das questões relacionadas aos assentamentos rurais e à agricultura familiar. Tais rearranjos administrativos, apontam para a constituição de um novo modo de olhar sobre o tema, cuja síntese é um documento, datado de 1999, intitulado "Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural".

Uma das principais ênfases da política que então se anunciou é a inserção dos assentamentos no "mundo dos negócios", de forma competitiva, face a um diagnóstico pouca inserção das famílias no mercado. A idéia força da proposta é que a atividade agropecuária é cada vez mais dinâmica, tanto do ponto de vista tecnológico quanto em relação ao comportamento de mercado, exigindo agricultores com comportamento cada vez mais empresarial. Desse ponto de vista, deve ser estimulada a verticalização da produção, a ser estimulada através de uma linha de crédito especial, obtida através da fusão entre o sistema de crédito criado nos anos 80 para os assentamentos (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – Procefa) e o programa para a agricultura familiar (Pronaf). No que diz respeito aos assentamentos, a proposta do governo é emancipá-los rapidamente (em dois ou três anos) de forma a transformar os assentados em agricultores familiares. Dessa forma, o crédito para os assentados passa a ter as mesmas restrições do Pronaf, programa cujo objetivo é atingir uma parcela dos produtores e não sua totalidade. Sob esse ângulo, a proposta aponta na direção de produzir novas exclusões. Enfatizando a produtividade e o produtivismo, homogeneiza-se o tratamento dos agricultores familiares, negando seu potencial de criadores/preservadores de "estilos de vida" outros que não os gerados pelo "negócio".

Também são anunciadas uma série de regras que formalizam a dimensão contratual dos assentamentos e procuram romper com o que governo caracteriza como "dependência das famílias ante o poder público", derivada, segundo o Ministro de Desenvolvimento Agrário, "da concepção de colonização que se expressa no

compromisso de estradas, energia, saúde, educação, crédito, assistência técnica, moradia, etc, típico de uma intervenção fundiária em zona de fronteira, mas que há décadas não se realiza mais na fronteira. O remédio no caso é a definição de regras contratuais rígidas e claras entre as partes (poder público e assentados), especificando direitos e obrigações mínimas e o tempo de sua realização" (O Globo, 3/10/98, p. 7). Um dos aspectos dessa proposta é a exigência de contratos, onde fiquem claras as dívidas a serem contraídas pelos assentados. Desse ponto de vista, a assinatura do contrato abre portas para cobrança judicial das dívidas assumidas no momento da entrada.

Diversas tarefas que eram atributo do governo federal (demarcação dos lotes, estradas, habitação) passam a ser terciarizadas, tornando-as responsabilidade dos assentados.

Uma outra medida significativa é a introdução de mecanismos de mercado para obtenção de terras, tendendo a atrair trabalhadores desejosos de acesso à terra mas reticentes aos enfrentamentos inerentes às ocupações. Nessa perspectiva, coloca-se um impasse para os movimentos sociais envolvidos na luta por terra. Embora condenem veementemente a medida, é muito comum dirigentes sindicais reconhecerem que "há filas" de trabalhadores buscando informações nas sedes dos sindicatos e nas prefeituras sobre como obter o crédito. Para além dessa cunha, a lógica de mercado sepulta definitivamente qualquer possibilidade de uma reforma agrária planejada, visto que ela fica submetida aos interesses dos proprietários em vender ou não suas terras.

Um dos supostos das novas medidas é que o poder do latifúndio foi quebrado, em função dos mecanismos de estabilização monetária e queda dos preços da terra. Sem entrar na definição do que se está entendendo por latifúndio, é importante ressaltar que algumas das propostas apresentadas foram resultado da pressão ou sugestões das entidades representativas dos proprietários de terra. É o caso da medida provisória que impede a vistoria de áreas ocupadas e o Banco da Terra. Sob essa ótica, o poder da propriedade está totalmente resguardado, uma vez que a possibilidade de acesso a ela passa fundamentalmente a depender do interesse do proprietário na venda. É muito provável que o Estado passe a funcionar como um ativador do mercado de terras, na medida em que se apresente como um comprador privilegiado.

Pautando-se por impor uma lógica estritamente contratual a populações que nunca pautaram por ela seus comportamentos, antes de mais nada regidos por regras de reciprocidade, a proposta tende a produzir frustrações, cujo resultado a médio prazo apontam para uma intensificação da exclusão.

No seu conjunto, essas propostas vão provocando mudanças profundas nos espaços e condições de diálogo entre o governo federal e os movimentos de luta por terra, transferindo-os lentamente para espaços locais, onde a capacidade de pressão dos movimentos é mais frágil porque atomizada e sujeita às pressões do poder local. Se sua força é dada pela capacidade de mobilizar grandes números, ela pode ser estilhaçada na negociação local. Por outro lado, como esse caminhos não são lineares, o processo de descentralização em curso, que está no coração da proposta governamental, abre interessantes possibilidades de disputa política, na medida em que passam pela criação de Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural, Conselhos Regionais e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, com participação de representantes das organizações de trabalhadores. Por eles passam decisões sobre aplicações de recursos. Se, em diversos locais esses conselhos têm se mostrado como mais um espaço de manipulação clientelística, em outros eles têm colocado em discussão e articulado as forças locais em torno de usos de recursos, dando mais transparência aos processos e potencializando transformações.

Bibliografia

Concrab (1996) Concrab: quatro anos organizando a cooperação. São Paulo, Concrab

Fernandes, Bernardo Mançano (1996) **MST: formação e territorialização**. São Paulo, Hucitec.

MEPF (1999) **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado**.

Projeto CUT/Contag (1998) **Desenvolvimento e Sindicalismo Rural**. São Paulo, Projeto CUT/Contag.

Tavares dos Santos, José Vicente et alii (1998). **Conflitos sociais agrários**, Brasília, Convênio FAO/Incrá.